

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

M

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 - 2025

RELATÓRIO E NOTAS TÉCNICAS DE MONITORAMENTO

JOÃO NEIVA-ES

2024

ANEXO

LEI Nº 2.792, de 23 de setembro de 2015.

Dispõe sobre aprovação do Plano Municipal de Educação de João Neiva -PME-JN, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de João Neiva,** Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de João Neiva - PME-JN, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da aprovação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no Art. 214 da Constituição Federal, bem como Art. 8º da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - São diretrizes do PME-JN:

- I Erradicação do analfabetismo;
- II Universalização do atendimento escolar;
- III Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
 - IV Melhoria da qualidade da educação;
- V Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto PIB, que assegura atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
 - IX Valorização dos Profissionais da Educação.
- X Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos,
 à diversidade e a sustentabilidade socioambiental

- **Art. 3º** As Metas e Estratégias constantes no anexo único da presente Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME-JN, desde que não haja prazo inferior definido para as mesmas.
- **Art. 4º** A execução do PME-JN e o cumprimento de suas Metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:
 - I Secretaria Municipal de Educação e Desporto SEMED;
- II Comissão de Assistência, Saúde e Educação da Câmara Municipal de Vereadores;
- III Conselho Municipal de Educação de João Neiva CME-JN;
 - IV Fórum Municipal de Educação de João Neiva FME-JN.
- **Parágrafo único -** Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:
 - I divulgar os resultados do monitoramento;
- II analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das Estratégias e o cumprimento das Metas;
- III analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.
- **Art. 5º** Após o nono mês de vigência, o FME-JN deverá promover a realização bienalmente de Conferências Municipais de Educação e pelo menos 02 (duas) Audiências Públicas até o final da vigência do PME-JN, para deliberações quanto às Metas e Estratégias.
- Parágrafo único O Fórum Municipal de Educação de João Neiva, além da atribuição referida no caput, promoverá a articulação das Conferências Municipais de Educação com as Conferências Regionais, Estadual e Nacional.
- **Art. 6º-** A consecução das Metas do PME-JN e a implementação das Estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município.
- **§ 1º** Caberá aos Gestores Federal, Estadual e Municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao cumprimento das Metas e Estratégias previstas do PME-JN.
- **§ 2º -** O Município deverá prever mecanismos para o acompanhamento da consecução das Metas e Estratégias do PME-JN.

- § 3º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á inclusive mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.
- **Art. 7º** O Plano Plurianual, a Diretriz Orçamentária e o Orçamento Anual do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as Diretrizes, Metas e Estratégias do PME-JN, a fim de viabilizar sua plena execução.
- **Art. 8º** O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte básica de informação para a avaliação da qualidade da Educação Básica e para orientação das políticas públicas necessárias.
- § 1º O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada 02 (dois) anos:
- I Indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos alunos de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da Educação Básica;
- II Indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos Profissionais da Educação, as relações entre dimensão do Corpo Docente, do Corpo Técnico e do Corpo Discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.
- § 2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1º, não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.
- § 3º Cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a elaboração e cálculo dos indicadores referidos no § 1º e do IDEB.
- § 4º A avaliação de desempenho dos estudantes em exames, referida no inciso I do § 1º, poderá ser diretamente realizada pela União ou, mediante acordo de cooperação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, em seus respectivos sistemas de ensino e de seus Municípios, caso mantenham sistemas próprios de avaliação do rendimento escolar, assegurada à compatibilidade metodológica entre esses sistemas e o

nacional, especialmente no que se refere às escalas de proficiência e calendário de aplicação.

Art. 9º - Até o final do primeiro semestre do 9º (nono) ano de vigência do PME-JN, o Poder Executivo encaminhará, à Câmara Municipal de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação, a vigorar no período subsequente ao final da vigência do PME-JN, que incluirá Diagnóstico, Diretrizes, Metas e Estratégias para o decênio subsequente.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de João Neiva, em 23 de setembro de 2015.

ROMERO GOBBO FIGUEREDO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 23 de setembro de 2015.

Luciana Reali Mattos Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creche de forma a atender 50% (cinquenta por cento) da demanda manifesta, na Rede Pública Municipal de Ensino, até o final da vigência do PME-JN.

ESTRATÉGIAS	LEGENDA		
	NÃO	EM	CONSOLIDADO
1.1) realizar, anualmente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por Creche para a população de até 03 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
1.2) estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME-JN, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por Creche.			
1.3) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa municipal de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil.			
1.4) implantar, até o segundo ano da vigência do PME-JN, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 02 (dois)			

anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.		
1.5) promover a formação inicial e continuada dos Profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente o atendimento por profissionais com formação em Nível Superior.		
1.6) estimular a articulação entre a Pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para Profissionais da Educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e Propostas Pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo ensino-aprendizagem e teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos.		
1.7) garantir o acesso à Educação Infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, assegurando a educação bilíngue para a crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica.		
1.8) criar e implementar, em caráter complementar, programas de orientação e		

apoio às famílias, por meio da		<u></u>	
articulação das áreas da			
Educação, Saúde e Assistência			
,			
desenvolvimento integral das			
crianças de até 05 (cinco) anos			
• •			
de idade.			
1.9) adotar, até o quinto ano			
de vigência do PME-JN,			
padrões mínimos de			
infraestruturas para a			
Educação Infantil, compatíveis			
com as dimensões dos			
estabelecimentos e com as			
realidades locais, em regime de			
colaboração com o Governo			
Federal e Estadual, incluindo:			
a) espaço interno com			
iluminação, solarium,			
1			
ventilação, visão para o espaço			
externo, rede elétrica e			
segurança, água potável,			
esgoto sanitário;			
b) instalações sanitárias			
adequadas para higiene			
pessoal das crianças;			
c) instalação para o preparo			
e/ou serviço de alimentação			
-			
(lactário, despensa,			
cozinha);			
d) ambiente interno e externo			
para desenvolvimento das			
atividades, conforme as			
Diretrizes Curriculares			
Nacionais e a metodologia da			
Educação Infantil, incluindo			
uso de recursos de multimídia,			
biblioteca, brinquedoteca,			
repouso, a expressão livre, o			
movimento, o brincar, o			
brinquedo e as interações;			
c) mobiliário, equipamentos e			
materiais pedagógicos;			
d) adequação dos espaços e	l		
mobiliários para atender as			
THE TAXABLE OF THE PROPERTY OF			
•			
crianças com deficiência.			
•			

1.10) garantir na matrícula e		
na organização das respectivas		
turmas, o número de alunos e		
cuidadores como apoio a		
•		
função do cuidar conforme		
Resolução nº 3.777/2014 do		
Conselho Estadual de Educação		
que determina a relação		
professor aluno no que se		
refere a quantidade de crianças		
em sala de aula da Educação		
Infantil na faixa etária de		
creche.		
a) criança de 0 (zero) a 1(um)		
ano – 06 (seis) crianças/01		
(um) educador e 01 (um)		
auxiliar;		
b) criança entre 1 (um) e 2		
(dois) anos – 08 (oito)		
crianças/01 (um) educador e		
01(um) auxiliar;		
c) criança entre 2 (dois) e 3		
(três) anos – 10 (dez) crianças/		
01 (um) educador e 01 (um)		
auxiliar;		
d) criança de 3 (três) e 4		
(quatro) anos - 15 (quinze)		
crianças/ 01 (um) educador e		
01 (um) auxiliar.		
1.11) cumprir a legislação		
vigente que garanta o cardápio		
diferenciado para cada faixa		
etária dos alunos e para os que		
precisam de atenção específica		
e restrição alimentar, desde		
que apresentado laudo médico.		
1.12) assegurar, de acordo		
com a Lei Municipal no		
2.443/2013, o aumento de		
recurso (PRODER) para		
instituições de educação básica		
com base nas projeções das		
leis orçamentárias.		
1.13) assegurar os critérios de		
avaliação da Educação Infantil		
mediante acompanhamento e		
registro da aprendizagem da		
criança, tomando como		
changer comando como	I I	

	1	
referência os objetivos		
estabelecidos para esta etapa		
da educação.		
1.14) promover formação		
1 .		
1		
modo a capacitar todos os		
profissionais que atuam na		
Educação Infantil para que se		
tornem mais habilitados		
técnica e pedagogicamente.		
1.15) preservar as		
especificidades da Educação		
Infantil na organização das		
redes escolares, garantindo o		
atendimento da criança de até		
05 (cinco) anos em		
estabelecimentos que atendam		
a parâmetros nacionais de		
qualidade, e a articulação com		
a etapa escolar seguinte,		
visando ao ingresso do aluno		
de 06 (seis) anos de idade no		
Ensino Fundamental.		
1.16) promover a busca ativa		
de crianças em idade		
correspondente à Educação		
Infantil, em parceria com		
órgãos públicos de Assistência		
Social, Saúde e proteção à		
infância, preservando o direito		
de opção da família em relação		
às crianças de até 03 (três)		
anos.		
1.17) o Município, com a		
colaboração da União e do		
Estado, realizará e publicará, a		
cada ano, levantamento da		
demanda manifesta por		
Educação Infantil em Creche e		
Pré-escola, como forma de		
planejar e verificar o		
atendimento.		
1.18) garantir o acesso à		
Educação Infantil em tempo		
integral a, no mínimo, 30%		
(trinta por cento) das crianças		
de até 05 (cinco) anos,		
matriculadas na Rede Pública		
acrealadas na nede rubiled		

Municipal de Ensino, conforme	
estabelecido nas Diretrizes	
Curriculares Nacionais para a	
Educação Infantil.	

Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que 100% (cem por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PME-JN.

Estratégias	LEGENDA		
	NÃO	EM	CONSOLIDADO
2.1) criar e implementar mecanismos e instrumentos padronizados para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental.	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
2.2) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e de Proteção à Infância, Adolescência e Juventude.			
2.3) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.			
2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de			

Assistência Social, Saúde e de	
Proteção à Infância,	
Adolescência e Juventude.	
2.5) incentivar a participação	
dos pais ou responsáveis no	
acompanhamento das	
atividades escolares dos filhos	
por meio do estreitamento das	
relações entre as unidades de	
ensino e as famílias.	
2.6) promover atividades de	
desenvolvimento e estímulo a	
habilidades esportivas nas	
unidades de ensino,	
interligadas a um plano de	
disseminação do desporto	
educacional e de	
desenvolvimento esportivo	
nacional.	
2.7) garantir que, a partir da	
aprovação do PME-JN, todas as	
unidades de ensino de Ensino	
Fundamental reformulem suas	
Propostas Pedagógicas,	
estabelecendo metas de	
aprendizagem, em	
conformidade com as Diretrizes	
Curriculares Nacionais para o	
Ensino Fundamental.	
2.8) reestruturar o Comitê	
Gestor do PAR para	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
•	
desenvolvimento das ações	
planejadas e executadas pelo	
Plano de Ações Articuladas	
(PAR), mediante as	
responsabilidades	
estabelecidas.	
2.9) reformular, implantar e	
implementar a Proposta	
Curricular Municipal, de	
maneira a assegurar a	
formação básica comum e	
respeito aos valores culturais e	
artísticos no Ensino	
Fundamental.	
2.10) adotar medidas e ou	
programas de aceleração da	
programas ac acciciação da	

aprendizagem e recuperação		
que, com qualidade, garantam		
a diminuição nos índices de		
evasão e repetência e		
•		
analfabetismo funcional.		
2.11) adotar, até o quinto ano		
de vigência do PME-JN padrões		
mínimos de infraestruturas		
para o Ensino Fundamental,		
1'		
compatíveis com as dimensões		
dos estabelecimentos e com as		
realidades locais, em regime de		
colaboração com o Governo		
Federal e Estadual, incluindo:		
a) adequação dos espaços,		
iluminação, ventilação, rede		
elétrica, segurança;		
b) instalações sanitárias e para		
higiene;		
c) espaço para prática de		
esportes, recreação, biblioteca		
e serviço de alimentação		
escolar;		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
d) adequação dos espaços		
físicos aos alunos com		
necessidades especiais;		
e) mobiliário, equipamentos e		
materiais pedagógicos;		
f) laboratório de informática e		
equipamentos de multimídia		
para o ensino.		
2.12) assegurar que todas as		
unidades de ensino elaborem		
suas Propostas Pedagógicas,		
observando as Diretrizes		
Curriculares Nacionais para o		
Ensino Fundamental.		
2.13) fortalecer a participação		
da comunidade na gestão das		
unidades de ensino por meio de		
Conselhos Escolares.	 	
2.14) garantir, nos primeiros		
05 (cinco) anos de vigência do		
PME-JN, que todas as unidades		
de ensino da Rede Pública		
Municipal tenham biblioteca,		
para uso de professores,		
alunos e comunidade escolar.		

2.15) prover transporte escolar de qualidade para os alunos da zona rural e urbana, em regime de colaboração financeira da União e do Estado, de forma a garantir o acesso e permanência do aluno na escola, tendo em vista as legislações vigentes.	
2.16) garantir, em regime de colaboração com o Governo Federal e Estadual, o provimento da alimentação escolar aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino.	
2.17) realizar mapeamentos, por meio de Censo Educacional e/ou similares, visando levantar subsídios para a elaboração de programas educacionais e/ou localizar demandas.	
2.18) apoiar e incentivar a criação de organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.	
2.19) regulamentar o transporte escolar urbano até o terceiro ano de vigência do PME-JN.	

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PME-JN, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90% (noventa por cento).

Estratégias	LEGENDA		
_	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
3.1) apoiar aos programas			
institucionalizados pelo			
Governo Federal e			
implementados pelo Governo			
Estadual, programa nacional			
de diversificação curricular do			
Ensino Médio, a fim de			
incentivar abordagens			

interdisciplinares estruturadas		
pela relação entre teoria e		
prática, discriminando-se		
' '		
3		
conteúdos eletivos articulados		
em dimensões temáticas, tais		
como ciência, trabalho,		
tecnologia, cultura e esporte,		
apoiado por meio de ações de		
•		
aquisição de equipamentos e		
laboratórios, produção de		
material didático específico e		
formação continuada de		
professores.		
3.2) participar, em regime de		
colaboração com a União, da		
elaboração da proposta de		
direitos e objetivos de		
aprendizagem e		
desenvolvimento para os		
alunos do Ensino Médio a		
serem atingidos nos tempos e		
etapas de organização deste		
Nível de Ensino, com vistas a		
garantir formação básica		
comum.		
3.3) apoiar a universalização		
do Exame Nacional do Ensino		
Médio – ENEM, fundamentado		
em matriz de referência do		
conteúdo curricular do Ensino		
Médio e em técnicas		
estatísticas e psicométricas		
que permitam comparabilidade		
de resultados, articulando-o		
com o Sistema Nacional da		
Educação Básica – SAEB, e		
promover sua utilização como		
instrumento de avaliação		
sistêmica, a fim de subsidiar		
política públicas para a		
Educação Básica, de avaliação		
1		
certificadora, possibilitando		
aferição de conhecimentos e		
habilidades adquiridos dentro e		
fora da escola, e de avaliação		
classificatória, como critério de		
acesso à Educação Superior.		
accesso a Ladeagao Superiori	<u> </u>	

3.4) estimular a expansão do		
estágio do Ensino Médio		
regular, preservando-se seu		
caráter pedagógico integrado		
ao itinerário formativo do		
estudante, visando ao		
aprendizado de competências		
próprias da atividade		
profissional, à contextualização		
curricular e ao		
desenvolvimento do estudante		
para a vida cidadã e para o		
trabalho.		
3.5) fortalecer o		
acompanhamento e o		
monitoramento do acesso e da		
permanência na escola de		
estudantes da Educação		
Básica, por parte dos		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
beneficiários de Programas de		
Assistência Social e		
Transferência de Renda,		
identificando motivos de		
ausência e baixa frequência.		
3.6) promover a busca ativa da		
1 .		
população de 15 (quinze) a 17		
(dezessete) anos fora da		
escola, em parceria com as		
áreas da Assistência Social e da		
Saúde e a Rede de Proteção à		
Adolescência e à Juventude.		
3.7) apoiar políticas de		
prevenção à evasão motivada		
por preconceito e		
discriminação de qualquer		
ordem, criando rede de		
proteção contra formas de		
1: -		
exclusão.		
3.8) apoiar programas de		
educação e de cultura para a		
população, urbana e do campo,		
de jovens, na faixa etária de 15		
(quinze) a 17 (dezessete)		
anos, e dos adultos, com		
qualificação social e		
profissional para aqueles que		
estejam fora da escola e com		
defasagem no fluxo escolar.		

3.9) apoiar a universalização	
do acesso à Rede Mundial de	
Computadores em banda larga	
de alta velocidade e aumentar	
a relação	
computadores/estudante nas	
escolas da Rede Pública de	
Educação Básica, promovendo	
a utilização pedagógica das	
tecnologias de informação e da	
comunicação na unidade de	
ensino da Rede Pública	
Estadual.	
3.10) incentivar a oferta de	
Ensino Médio nos turnos diurno	
e noturno, de forma a atender	
toda a demanda, de acordo	
com as necessidades	
específicas dos estudantes.	
3.11) incentivar junto ao	
Estado investimentos	
estruturais e financeiros com o	
objetivo de ampliar a	
aprovação dos alunos para	
90% (noventa por cento)	
reduzindo a evasão.	

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, com a garantia de educação inclusiva, de salas de recurso multifuncional, classes, escolas ou serviços públicos especializados e/ou conveniados.

Estratégias	LEGENDA		
	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
4.1) contabilizar, para fins de			
repasse do Fundo de			
Manutenção e			
Desenvolvimento da Educação			
Básica e de Valorização dos			
Profissionais da Educação			
(FUNDEB), as matrículas dos			
estudantes da educação			
regular da Rede Pública de			
Ensino que recebam			

atendimento educacional	
especializado complementar,	
sem prejuízo do cômputo	
dessas matrículas na Educação	
Básica.	
4.2) implantar salas de	
recursos multifuncionais e	
fomentar a formação	
continuada de professores para	
o atendimento educacional	
especializado complementar,	
nas unidades de ensino	
urbanas e rurais.	
4.3) ampliar a oferta do	
atendimento educacional	
especializado complementar	
aos estudantes matriculados	
na Rede Pública de Ensino.	
4.4) manter e aprofundar	
Programa Nacional de	
Acessibilidade nas unidades de	
ensino públicas para	
adequação arquitetônica,	
oferta de transporte acessível,	
disponibilização de material	
didático acessível e recursos de	
tecnologia assistiva, e oferta da	
educação bilíngue em Língua	
Portuguesa e Língua Brasileira	
de Sinais (LIBRAS).	
4.5) manter a oferta da	
Educação Inclusiva,	
promovendo a articulação	
entre o ensino regular e o	
atendimento educacional	
especializado complementar	
ofertado em salas de recursos	
multifuncionais da própria	
escola ou em instituições	
especializadas.	
4.6) fortalecer o	
acompanhamento e o	
monitoramento do acesso à	
escola por parte dos	
beneficiários do benefício de	
prestação continuada, de	
maneira a garantir a ampliação	
do atendimento aos estudantes	

com deficiência, na Rede		
Pública de Ensino.		
4.7) ampliar a equipe		
multiprofissional da Educação		
Especial, para atuar nas		
unidades de ensino,		
contribuindo com o processo de		
escolarização dos estudantes		
com deficiência, transtornos		
globais do desenvolvimento,		
altas habilidades e		
superdotação, no primeiro ano		
de vigência do PME-JN.		
4.8) garantir a oferta de		
professores do atendimento		
educacional especializado,		
profissionais de apoio ou		
cuidadores, tradutores e		
intérpretes de Libras, guias-		
intérpretes para surdos-cegos,		
professores de Libras		
prioritariamente surdos, e		
professores bilíngues.		
4.9) garantir parceria com a		
Secretaria Municipal de Saúde		
para consultas com		
neuropediatra/neurologista,		
exames especializados,		
atendimento fonoaudiológico e		
psicológico dos alunos da Rede		
Pública Municipal de Ensino,		
encaminhados pela Equipe		
Multiprofissional da Educação		
Especial da Semed.		
4.10) colaborar com os órgãos		
de pesquisa, demografia e		
formulação de questionários		
para obtenção de informação		
detalhada sobre o perfil das		
pessoas com deficiência,		
transtornos globais do		
desenvolvimento, altas		
habilidades e superdotação.		
4.11) incentivar a inclusão nos		
Cursos de Licenciatura e nos		
demais cursos de formação		
para profissionais de educação,		

inclusive em nível de Pós- graduação, observado o	
disposto no caput do Art. 207	
da Constituição Federal de	
1988, dos referenciais teóricos,	
das teorias de aprendizagem e	
dos processos de ensino-	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
aprendizagem relacionados ao	
atendimento educacional de	
alunos com deficiência,	
transtornos globais do	
desenvolvimento, habilidades e	
superdotação.	
4.12) promover parcerias com	
instituições comunitárias,	
confessionais ou filantrópicas	
sem fins lucrativos,	
conveniadas com o poder	
público, visando a ampliar a	
oferta de formação continuada	
e a produção de material	
didático acessível, assim como	
os serviços de acessibilidade	
necessários ao pleno acesso,	
participação e aprendizagem	
dos estudantes com	
deficiência, transtornos globais	
do desenvolvimento, altas	
habilidades e superdotação,	
matriculadas nas Redes	
Públicas de Ensino.	
4.13) apresentar às famílias	
dos alunos público alvo da	
Educação Especial atendidos a	
Proposta Pedagógica Individual	
que será desenvolvida pela	
· ·	
unidade de ensino para que	
esta se insira ao contexto	
escolar e tenha condições de	
um melhor acompanhamento	
desses alunos no lar.	
4.14) garantir que durante a	
vigência do PME-JN, as	
unidades de ensino que forem	
construídas, sejam adequadas	
aos alunos com deficiência,	
contendo fraldário,	
alargamento de acesso às	
arangamento de acesso as p	

dependências, barras de apoio,		
piso tátil, sinalizador, vaso e		
pia adaptado, entre outros.		
4.15) garantir a efetividade dos		
1		
Profissionais da Educação		
Especial por meio de concurso		
público.		
4.16) garantir a criação do		
cargo de terapeuta ocupacional		
e de psicopedagogo para		
integrar a Equipe		
Multiprofissional da Educação		
Especial da SEMED, no período		
de vigência do PME-JN.		
4.17) divulgar o cumprimento		
dos dispositivos legais		
constantes na Convenção dos		
Direitos da Pessoa com		
Deficiência/ONU2006.		
4.18) adotar, até o quinto ano		
de vigência do PME-JN,		
padrões mínimos de		
infraestruturas para a		
Educação de estudantes com		
deficiência, transtornos globais		
do desenvolvimento, altas		
habilidades e superdotação,		
compatíveis com as dimensões		
dos estabelecimentos e com as		
realidades locais, em regime de		
colaboração com o Governo		
Federal e Estadual, incluindo:		
a) espaço interno com		
iluminação, solarium,		
ventilação, visão para o espaço		
externo, rede elétrica e		
segurança, água potável,		
esgoto sanitário;		
b) instalações sanitárias		
adequadas para higiene		
pessoal das crianças;		
c) instalação para o preparo		
e/ou serviço de alimentação		
(lactário, despensa,		
cozinha);		
d) ambiente interno e externo		
para desenvolvimento das		
atividades, conforme as		
	1	<u> </u>

Diretrizes Curriculares		
Nacionais e a metodologia da		
Educação Infantil, incluindo		
uso de recursos de multimídia,		
biblioteca, brinquedoteca,		
repouso, a expressão livre, o		
movimento, o brincar, o		
brinquedo e as interações;		
c) mobiliário, equipamentos e		
materiais pedagógicos;		
d) adequação dos espaços e		
mobiliários para atender as		
crianças com deficiência.		

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3° (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

Estratégias		LEGENDA		
	NÃO	EM	CONSOLIDADO	
= 1)	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO		
5.1) estruturar os processos				
pedagógicos de				
alfabetização nos Anos				
Iniciais do Ensino				
Fundamental articulados				
com estratégias				
desenvolvidas na Pré-escola				
com qualificação e				
valorização dos professores				
alfabetizadores e com apoio				
pedagógico específico, a fim				
de garantir a alfabetização				
plena de todas as crianças.				
5.2) fomentar o				
desenvolvimento de				
tecnologias educacionais e				
de inovação das práticas				
pedagógicas que assegurem				
a alfabetização e favoreçam				
a melhoria do fluxo escolar e				
a aprendizagem dos alunos,				
consideradas as diversas				
abordagens metodológicas e				
sua efetividade.				

5.3) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do campo, para que se tornem			
formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	5.3) promover e estimular a		
continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	formação inicial e		
para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	= = = = = = = = = = = = = = = = = = = =		
conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
práticas pedagógicas inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
inovadoras. 5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
5.4) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	transtornos globais do		
considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	desenvolvimento, altas		
especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	habilidades e superdotação,		
alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	considerando as suas		
alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	especificidades, inclusive a		
pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
estabelecimento de terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	_		
terminalidade temporal. 5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	, ·		
5.5) aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
ano, bem como estimular as unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	_		
unidades de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	unidades de ensino a		
monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	criarem os respectivos		
implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	instrumentos de avaliação e		
pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	monitoramento,		
todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	implementando medidas		
todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	pedagógicas para alfabetizar		
o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
Ensino Fundamental. 5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
5.6) promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	, ,		
profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do	_		
Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do			
inclusive daqueles que atuam nas escolas do	·		
atuam nas escolas do			
campo, para que se tornem			
	campo, para que se tornem		

mais habilitados técnica e	
pedagogicamente.	
5.7) promover formação	
continuada em serviço aos	
demais servidores que	
atuam no Ensino	
Fundamental, desde as	
equipes de cuidadores de	
serviço de manutenção e	
alimentação até às equipes	
administrativas,	
fortalecendo	
reconhecimento de que suas	
atividades contribuem para	
a qualidade do atendimento	
às crianças e adolescentes.	
5.8) ampliar a equipe	
técnica pedagógica e	
administrativa de servidores	
da Secretaria Municipal de	
Educação e Desporto,	
ofertando por meio de	
concurso público, vagas para	
psicopedagogo, psicólogo e	
fonoaudiólogo educacional,	
pedagogo, entre outros com o objetivo de suprir as	
o objetivo de suprir as dificuldades encontradas no	
processo de ensino e	
aprendizagem.	
5.9) garantir professor de	
apoio à aprendizagem para	
atendimento às demandas	
pedagógicas dos alunos.	

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica.

Estratégias	LEGENDA		
_	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
6.1) promover, com o apoio da			
União, a oferta de Educação			

Básica Pública em tempo		
integral, por meio de atividades		
de acompanhamento		
pedagógico e		
multidisciplinares, inclusive		
culturais e esportivas, de forma		
que o tempo de permanência		
dos alunos na escola, ou sob		
sua responsabilidade, passe a		
•		
ser igual ou superior a 7 (sete)		
horas diárias durante todo o		
ano letivo, podendo ocorrer		
ampliação progressiva da		
jornada de professores em uma		
1 = -		
única escola.		
6.2) garantir, em regime de		
colaboração com a União e o		
Estado, a construção,		
estruturação e manutenção de		
escolas com padrão		
arquitetônico e de mobiliário		
adequado para atendimento		
1 .		
em tempo integral, priorizando		
as comunidades desprovidas		
de infraestrutura e com		
crianças em vulnerabilidade		
social.		
6.3) institucionalizar e manter,		
em regime de colaboração com		
a União e o Estado, programa		
1 3		
reestruturação das escolas		
públicas, por meio da		
instalação de quadras		
poliesportivas, laboratórios,		
inclusive de informática,		
espaços para atividades		
culturais, bibliotecas,		
auditórios, cozinhas,		
,		
refeitórios, banheiros e outros		
equipamentos, bem como da		
produção de material didático e		
da formação de recursos		
1		
humanos para a educação em		
tempo integral.		
6.4) fomentar a articulação da		
escola com espaços culturais,		
esportivos, equipamentos		

públicos, centros comunitários,		
bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas,		
planetários e outros.		
6.5) estimular a oferta de		
atividades voltadas à		
ampliação da jornada escolar		
de alunos matriculados nas		
escolas da Rede Pública de		
Educação Básica por parte das		
entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema		
sindical, de forma		
concomitante e em articulação		
com a Rede Pública de Ensino.		
6.6) buscar parcerias com		
ensino privado para		
proporcionar atividades de		
ampliação da jornada escolar		
de alunos das escolas da Rede		
Pública de Educação Básica.		
6.7) atender às escolas do		
campo na oferta de educação		
em tempo integral, com base		
em consulta prévia e		
informada, considerando-se as peculiaridades locais.		
6.8) garantir a educação em		
tempo integral para pessoas		
com deficiência, transtornos		
globais do desenvolvimento,		
habilidades e superdotação. Na		
faixa etária de 4 (quatro) a 17		
(dezessete) anos, assegurando		
atendimento educacional		
especializado complementar e		
suplementar ofertado em salas		
de recursos multifuncionais da		
própria escola ou escolas da		
rede, bem como em instituições especializadas.		
6.9) adotar medidas para		
otimizar o tempo de		
permanência dos alunos na		
escola, direcionando a		
expansão da jornada para o		
efetivo trabalho escolar,		
combinado com atividades		

recreativas, esportivas e culturais.		
6.10) implementar processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, em período semestral por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, assegurando a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.		

Meta 7: fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias	LEGENDA		
	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
7.1) formalizar e executar os			
planos de ações articulados			
dando cumprimento às metas			
de qualidade estabelecidas			
para o Ensino Fundamental e			
às estratégias de apoio técnico			
e financeiro voltadas à			
melhoria da gestão			
educacional, à formação de			
professores e profissionais de			
serviços e apoio escolares, à			

ampliação e ao		
desenvolvimento de recursos		
pedagógicos e à melhoria e		
expansão da infraestrutura		
física da rede escolar, estando		
o Ensino Médio e a Educação de		
<u>=</u>		
Jovens e Adultos sob		
responsabilidade do Governo		
Estadual.		
7.2) divulgar e acompanhar		
bienalmente os resultados		
pedagógicos dos indicadores		
do Sistema Nacional de		
Avaliação da Educação Básica e		
do IDEB, relativos às escolas, à		
Rede Pública de Educação		
Básica, assegurando a		
contextualização desses		
_		
resultados, com relação a		
indicadores sociais relevantes,		
como os de nível		
socioeconômico das famílias		
dos alunos, e a transparência e		
o acesso público às		
informações técnicas de		
concepção e operação do		
sistema de avaliação.		
7.3) utilizar continuamente os		
resultados obtidos por meio		
dos instrumentos de avaliação		
da qualidade do Ensino		
Fundamental, de forma a		
•		
promover qualidade do		
aprendizado.		
7.4) garantir transporte		
gratuito para todos os alunos		
•		
da Educação do Campo na faixa		
etária da educação escolar		
obrigatória, respeitando a		
legislação vigente, visando a		
reduzir a evasão escolar e o		
tempo médio de deslocamento		
a partir de cada situação local.		
7.5) selecionar, certificar e		
divulgar tecnologias		
educacionais para o Ensino		
Fundamental, Ensino Médio e		
Educação de Jovens e Adultos		
	ı l	

	 	
assegurada a diversidade de		
métodos e propostas		
pedagógicas, bem como o		
1		
acompanhamento dos		
resultados na Rede de Ensino		
em que forem aplicadas.		
7.6) fomentar o		
desenvolvimento		
tecnologias educacionais e de		
inovação das práticas		
pedagógicas na Rede de Ensino		
que assegurem a melhoria do		
1 .		
fluxo escolar e a aprendizagem		
dos estudantes.		
7.7) apoiar técnica e		
financeiramente a gestão		
escolar mediante transferência		
direta de recursos financeiros à		
escola, garantindo a		
participação da comunidade		
escolar no planejamento e na		
aplicação dos recursos, visando		
à ampliação da transparência e		
ao efetivo desenvolvimento da		
gestão democrática.		
7.8) ampliar programas e		
aprofundar ações de		
atendimento ao aluno do		
Ensino Fundamental, por meio		
de programas suplementares		
de material didático-escolar,		
transporte, alimentação e		
assistência à saúde.		
7.9) aderir e participar, em		
regime de colaboração, de		
programa nacional de		
reestruturação e aquisição de		
equipamentos para escolas		
públicas.		
7.10) prover equipamentos e		
recursos tecnológicos digitais		
para a utilização pedagógica no		
ambiente escolar a todas as		
unidades de ensino do Ensino		
Fundamental, criando,		
inclusive, mecanismos para		
implementação das condições		
necessárias para a		

universalização das bibliotecas		
nas instituições educacionais,		
com acesso a redes digitais de		
_		
computadores, inclusive a		
Internet.		
7.11) aderir às Diretrizes		
Pedagógicas estabelecidas pela		
União, para a Educação Básica,		
respeitando a diversidade local.		
7.12) aderir a informatização		
da gestão das unidades de		
ensino e da Secretaria		
Municipal de Educação e		
Desporto, bem como aos		
programas de formação inicial		
e continuada para o pessoal		
técnico da SEMED e quadro		
administrativo das unidades de		
ensino.		
7.13) garantir políticas de		
combate à violência na escola e		
construção de uma cultura de		
paz e um ambiente escolar		
dotado de segurança para a		
comunidade escolar.		
7.14) implementar políticas de		
inclusão e permanência na		
escola para crianças,		
adolescentes e jovens que se		
encontram em regime de		
liberdade assistida e em		
situação de rua, assegurando		
os princípios da Lei nº 8.069, de		
1		
13 de julho de 1990 - Estatuto		
da Criança e do Adolescente.		
7.15) garantir nos currículos		
escolares conteúdos sobre a		
história e as culturas afro-		
brasileira e indígenas e		
implementar ações		
educacionais, nos termos das		
Leis nos 10.639, de 9 de janeiro		
,		
de 2003, e 11.645, de 10 de		
março de 2008, assegurando-		
se a implementação das		
respectivas Diretrizes		
Curriculares Nacionais, por		
meio de ações colaborativas		
	I	

com o FME-JN, para a		
diversidade étnico-racial,		
conselhos escolares, equipes		
pedagógicas e a sociedade		
civil.		
7.16) reestruturar a educação		
escolar do campo a partir de		
uma visão articulada ao		
desenvolvimento sustentável e		
à preservação da identidade		
cultural.		
7.17) priorizar que o repasse		
de transferências voluntárias		
na área da educação para as		
unidades de ensino seja		
especificamente aos Conselhos		
Escolares respeitando as		
legislações vigentes.		
7.18) assegurar em parceria		
com a União e o Estado, a		
•		
todas as escolas públicas de		
Educação Básica o acesso à		
energia elétrica, abastecimento		
de água tratada, esgotamento		
sanitário e manejo dos		
resíduos sólidos.		
7.19) garantir o acesso dos		
alunos a espaços para a prática		
esportiva, a bens culturais e		
artísticos e a equipamentos e		
laboratórios de ciências e, em		
cada unidade de ensino, como		
também a acessibilidade às		
pessoas com deficiência.		
7.20) mobilizar as famílias e		
setores da sociedade civil,		
•		
articulando a educação formal		
com experiências de educação		
popular e cidadã, com os		
propósitos de que a educação		
seja assumida como		
responsabilidade de todos e de		
ampliar o controle social sobre		
o cumprimento das políticas		
públicas educacionais.		
7.21) promover a articulação		
dos programas da área da		
educação, de âmbito local e		
,	·	

nacional, com os de outras		
áreas, como Saúde, Trabalho e		
Emprego, Assistência Social,		
Esporte e Cultura,		
possibilitando a criação de rede		
de apoio integral às famílias,		
como condição para a melhoria		
da qualidade educacional.		
7.22) garantir, mediante		
articulação entre os órgãos		
responsáveis pelas áreas da		
Saúde e da Educação, o		
atendimento aos alunos da		
Rede Pública de Ensino por		
meio de ações de prevenção,		
promoção e atenção à saúde.		
7.23) garantir, em parceria		
com a União e o Estado, ações		
efetivas especificamente		
voltadas para a promoção,		
prevenção, atenção e		
atendimento à saúde e à		
integridade física, mental e		
emocional dos Profissionais da		
Educação, como condição para		
a melhoria da qualidade		
educacional.		
7.24) capacitar os profissionais		
da educação e subsidiar as		
unidades de ensino, de forma a		
atingir as metas do IDEB,		
diminuindo a diferença entre as		
escolas com os menores		
índices e a média nacional,		
garantindo equidade da		
aprendizagem.		

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

Estratégias	LEGENDA		
_	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
8.1) aderir em parceria com o			
Estado e União, aos programas			
e desenvolver tecnologias para			

correção de fluxo, para		
acompanhamento pedagógico		
individualizado e para		
recuperação e progressão		
parcial, bem como priorizar		
estudantes com rendimento		
escolar defasado, considerando		
as especificidades dos		
segmentos.		
8.2) apoiar programas de		
Educação de Jovens e Adultos		
para os segmentos		
populacionais considerados,		
que estejam fora da escola e		
com distorção idade-série,		
associados a outras estratégias		
5		
que garantam a continuidade		
da escolarização, após a		
alfabetização inicial.		
8.3) apoiar acesso gratuito a		
exames de certificação da		
conclusão dos Ensinos		
Fundamental e Médio.		
8.4) divulgar a oferta gratuita		
de Educação Profissional		
Técnica por parte das		
entidades privadas de serviço		
social e de formação		
profissional vinculadas ao		
sistema sindical, de forma		
•		
concomitante ao ensino		
ofertado na Rede Pública de		
Ensino, para os segmentos		
populacionais considerados.		
8.5) incentivar parcerias com		
as áreas de Saúde e Assistência		
Social, quanto ao		
acompanhamento e o		
monitoramento do acesso à		
escola, identificando motivos		
de ausência e baixa frequência,		
de maneira a estimular a		
ampliação do atendimento dos		
alunos da Rede Pública de		
Ensino.		
8.6) promover busca ativa de		
jovens fora da escola		
pertencentes aos segmentos		

populacionais considerados,	
em parceria com as áreas de	
Assistência Social e Saúde.	

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 95% (noventa e cinco por cento), até 2017 e, até o final da vigência do PME-JN, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias	NÃO CONSOLIDADO	EM CONSOLIDAÇÃO	CONSOLIDADO
9.1) apoiar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.			
9.2) apoiar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.			
9.3) apoiar chamadas públicas regulares para a Educação de Jovens e Adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com idade superior a 15 (quinze) anos.			
9.4) executar em regime de colaboração com o Estado e articulação com a área da Saúde, programa nacional de atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, para alunos da Educação de Jovens e Adultos.			

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional, nos Ensinos Fundamental e Médio.

Estratégias		LEGENDA		
_		NÃO	EM	CONSOLIDADO
		CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
10.1) apoiar adesão	à			
Programa Nacional	de			

Educação de Jovens e Adultos	
voltado à conclusão do Ensino	
Fundamental e à formação	
profissional inicial, de forma a	
estimular a conclusão da	
Educação Básica.	
10.2) apoiar a expansão das	
matrículas na Educação de	
Jovens e Adultos, de modo a	
articular a formação inicial e	
continuada de trabalhadores	
com a Educação Profissional,	
objetivando a elevação do nível	
de escolaridade dos	
trabalhadores.	
10.3) estimular em regime de	
colaboração com o Estado e	
União a integração da	
Educação de Jovens e Adultos	
com a Educação Profissional,	
-	
em cursos planejados, de	
acordo com as características e	
especificidades do público da	
Educação de Jovens e Adultos,	
inclusive na modalidade de	
Educação a Distância.	
10.4) divulgar e incentivar as	
oportunidades profissionais dos	
jovens e adultos com	
deficiência, transtornos globais	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
do desenvolvimento, altas	
habilidades e superdotação e	
baixo nível de escolaridade, por	
meio do acesso à Educação de	
Jovens e Adultos articulada à	
Educação Profissional.	
10.5) incentivar a oferta	
pública de formação inicial e	
continuada para trabalhadores,	
articulada à Educação de	
Jovens e Adultos, em regime	
•	
de colaboração e com apoio de	
entidades privadas de	
formação profissional	
vinculadas ao sistema sindical.	
10.6) apoiar adesão ao	
1. 3	
assistência ao estudante,	

compreendendo ações de Assistência Social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional.	
10.7) incentivar a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo interrelações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos.	

Meta 11: apoiar, em regime de colaboração com o Estado, a ampliação das matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no

segmento público.

Estratégias		LEGENDA	
	NÃO CONSOLIDADO	EM CONSOLIDAÇÃO	CONSOLIDADO
11.1) expandir as matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, levando em consideração a responsabilidade do órgão mantenedor, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais.			
11.2) fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional Pública e gratuita.			

11.3) articular a criação de Programa Estadual de Assistência ao estudante da educação profissional no que se refere a alimentação e transporte.	
11.4) estimular por meio de ações do órgão mantenedor a oferta, programas de reconhecimentos de saberes para fins de certificação de qualificação profissional.	
11.5) divulgar a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas em instituições privadas de formação profissional, em cursos não ofertados no Município.	
11.6) divulgar a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas em instituições privadas de Educação Superior.	
11.7) estimular o atendimento do Ensino Médio integrado à formação profissional, de acordo com as necessidades e interesses da comunidade local.	

Meta 12: contribuir para o ingresso e permanência de munícipes no Ensino Superior.

Estratégias	LEGENDA		
_	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
12.1) <u>estabelecer convênio</u>			
com a instituição de Ensino			
Superior de modo a otimizar a			
capacidade de atendimento de			
matrículas.			
12.2) divulgar oferta de vagas			
no Município.			

12.3) estimular e manter a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior.		
12.4) mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de Nível Superior, considerando as necessidades do desenvolvimento do Município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica.		

Meta 13: elevar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino, ampliando, no mínimo, para 10% o quadro de Profissionais do Magistério com mestres e/ou doutores.

Estratégias	LEGENDA		
	NÃO	EM CONSOLIDAÇÃO	CONSOLIDADO
13.1) mapear a demanda de profissionais efetivos do Magistério quanto ao interesse na continuidade dos estudos no sistema de Graduação stricto sensu e estabelecer critérios para a efetivação do que já está previsto no Estatuto do Magistério Público Municipal. 13.2) incentivar o Corpo Docente efetivo com base no Estatuto do Magistério, a dar continuidade aos estudos, ingressando no sistema de Graduação stricto sensu.			
13.3) viabilizar, conforme legislação específica, o ingresso dos profissionais no sistema de Graduação <i>stricto sensu</i> .			

Meta 14: garantir, no decorrer do primeiro ano de vigência do PME-JN, que 90% (noventa por cento) dos profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Estratégias	LEGENDA		
_	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	

14.1) realizar concurso público	
no primeiro ano de vigência do	
PME-JN.	
14.2) estruturar a Rede Pública	
Municipal de Ensino, de modo	
•	
que, no decorrer do primeiro	
ano de vigência do PME-JN,	
90% (noventa por cento), no	
mínimo, dos respectivos	
Profissionais da Educação	
1	
sejam ocupantes de cargos de	
provimento efetivo e estejam	
em exercício nas redes	
escolares a que se encontrem	
- I	
vinculados.	
14.3) implantar, na Rede	
Pública Municipal de Ensino,	
acompanhamento dos	
profissionais iniciantes,	
1.	
supervisionados por equipes de	
profissionais capacitados, a fim	
de fundamentar, com base em	
avaliação documental, a	
decisão pela efetivação após o	
estágio probatório.	
14.4) oferecer, durante o	
estágio probatório, curso de	
aprofundamento de estudos na	
área de atuação do	
profissional.	
14.5) aderir, por iniciativa do	
Município junto ao Ministério da	
Educação, a cada 2 (dois) anos	
a partir do segundo ano de	
vigência do PME-JN, prova	
nacional para subsidiar o	
Município na realização de	
concursos públicos de	
admissão de profissionais do	
magistério da Educação Básica.	
, ,	
Municipais nos 1.543/2005,	
1.776/2006 e 2.515/2013, a	
partir da realização de	
Concurso Público para os	
·	
profissionais da Educação.	

Meta 15: garantir a todos os profissionais da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino e estimular a formação em Nível de Pós-graduação *lato sensu* de 100% (cem por cento) dos professores da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino, até o último ano de vigência do PME-JN.

Estratégias		LEGENDA	
_	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
15.1) mapear a demanda de			
professores, tendo em vista o			
curso de Pós-graduação <i>lato</i>			
sensu.			
15.2) incentivar os			
profissionais que não possuem			
Pós-graduação <i>lato sensu</i> a			
cursarem, primando pela			
formação dos mesmos.			

Meta 16: valorizar os Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal garantindo imediatamente o valor do piso nacional e revisão geral anual dos vencimentos.

Estratégias	LEGENDA		
_	NÃO	EM CONSOLIDAÇÃO	CONSOLIDADO
16.1) elaborar minuta de Projeto de Lei juntamente com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, até o final do primeiro semestre de vigência do PME-JN, constituindo o FME-JN, com representação da União, do Estado, do Município e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização imediata do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério.	CONSCIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
16.2) encaminhar a minuta do Projeto de Lei para aprovação, até o final do terceiro trimestre de vigência do PME-JN, constituindo FME-JN, com representação da União, do			

Estado, do Município e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização imediata do valor do piso salarial nacional para os Profissionais do Magistério.		
16.3) aprimorar o Plano de Carreira para os Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de Ensino, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, até o final do segundo ano de vigência do PME-JN.		
16.4) implantar gradualmente o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.		
16.5) garantir o pagamento de um terço de férias proporcional aos 45 (quarenta e cinco) dias de férias.		
16.6) instituir abono de até 6 (seis) faltas em cada ano civil, até os 06 (seis) primeiros meses de vigência do PME.		

Meta 17: aprimorar Planos de Carreira para os Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino, visando à valorização profissional.

Estratégias		LEGENDA	
	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
17.1) instituir a partir do			
quarto ano de vigência do PME-			
JN incentivo de 10% (dez por			
cento) de gratificação do			
vencimento base para os			
<u> </u>			
profissionais em regência de			
classe na Rede Pública			
Municipal de Ensino.			
17.2) considerar as			
especificidades socioculturais			

das	escolas	do	cam	ро	no
prov	vimento	de :	seus	car	gos
•	tivos.				_

Meta 18: assegurar condições, até o final do primeiro ano de vigência do PME-JN, para a efetivação da Gestão Democrática da Educação nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias	LEGENDA		
_	NÃO CONSOLIDADO	EM CONSOLIDAÇÃO	CONSOLIDADO
18.1) elaborar minuta de Projeto de Lei, até o final do primeiro semestre de vigência do PME-JN, para efetivação da Gestão Democrática da Educação.	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
18.2) encaminhar para aprovação minuta de Projeto de Lei, até o final do terceiro trimestre de vigência do PME-JN, para efetivação da Gestão Democrática da Educação.			
18.3) intensificar programas de apoio e formação aos conselheiros do Conselho Municipal de Educação, da Câmara de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar, dos Conselhos Escolares e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas.			
18.4) assegurar condições de funcionamento autônomo ao Conselho Municipal de Educação, a Câmara de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, ao Conselho de Alimentação Escolar e aos Conselhos Escolares garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos			

e meio de transporte em vistas		
ao bom desempenho de suas		
funções.		
18.5) apoiar o FME-JN,		
, , ,		
responsável por coordenar as		
Conferências Municipais e		
Audiências Públicas, bem como		
efetuar o acompanhamento da		
execução do PME-JN.		
18.6) estimular, em toda a		
Rede Pública Municipal de		
Ensino, a constituição e o		
fortalecimento de grêmios e		
demais organizações		
estudantis e associação de		
pais, assegurando-lhes,		
inclusive, espaços adequados e		
condições de funcionamento		
nas escolas e fomentando a sua		
articulação orgânica com os		
Conselhos Escolares, por meio		
das respectivas		
representações.		
18.7) fortalecer Conselhos		
Escolares e o CME-JN como		
instrumentos de participação e		
fiscalização na gestão escolar e		
educacional.		
18.8) estimular a participação		
e a consulta de profissionais da		
educação, alunos e seus		
familiares na formulação das		
Propostas Pedagógicas,		
currículos escolares, planos de		
gestão escolar e regimentos		
escolares, assegurando a		
participação dos pais na		
avaliação de docentes,		
gestores escolares e da		
instituição.		
_		
18.9) favorecer processos de		
autonomia pedagógica,		
administrativa e de gestão		
financeira nas unidades de		
ensino, após aprovação da Lei		
que dispõe sobre Gestão		
Democrática do Ensino Público		
Municipal.		
municipal.		

18.10) aderir aos programas
de formação de gestores
escolares, bem como participar
da prova nacional específica.

Meta 19: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias	LEGENDA		
_	NÃO	EM	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO	CONSOLIDAÇÃO	
19.1) garantir fontes de			
financiamento permanentes e			
sustentáveis para todos os			
Níveis, Etapas e Modalidades			
da Educação Básica,			
observando-se as políticas de			
colaboração entre os entes			
federados, em especial as			
decorrentes do Art. 60 do Ato			
das Disposições			
Constitucionais Transitórias e			
do § 1º do Art. 75 da Lei nº			
9.394, de 20 de dezembro de			
1996, que tratam da			
capacidade de atendimento e			
do esforço fiscal de cada ente			
Federado, com vistas a atender			
suas demandas educacionais à			
luz do padrão de qualidade			
nacional.			
19.2) aperfeiçoar e ampliar os			
mecanismos de			
acompanhamento da			
arrecadação da contribuição			
social do salário-educação.			
19.3) destinar à manutenção e			
desenvolvimento do ensino,			
em acréscimo aos recursos			
vinculados nos termos do Art.			
212 da Constituição Federal de			
1988, na forma da Lei			
específica, a parcela da			
participação no resultado ou da			
compensação financeira pela			

exploração de petróleo e gás		
natural e outros recursos com		
a finalidade de cumprimento da		
·		
meta prevista, no inciso VI, do		
caput do Art. 214 da		
Constituição Federal de1988.		
19.4) fortalecer os mecanismos		
e os instrumentos que		
·		
assegurem, nos termos do		
parágrafo único do Art. 48 da		
Lei Complementar nº 101, de 4		
de maio de 2000, a		
transparência e o controle		
social na utilização dos		
recursos públicos aplicados em		
•		
Educação, especialmente a		
realização de audiências		
públicas, a criação de portais		
eletrônicos de transparência e		
a capacitação dos membros de		
conselhos de acompanhamento		
e controle social do FUNDEB,		
-		
com a colaboração entre o		
Ministério da Educação, as		
Secretarias de Educação do		
Estado e do Município e o		
tribunal de contas da União,		
dos Estados e dos Municípios.		
•		
19.5) desenvolver, por meio do		
Instituto Nacional de Estudos e		
Pesquisas Educacionais Anísio		
Teixeira - INEP, estudos e		
acompanhamento regular dos		
investimentos e custos por		
aluno da educação básica em		
_		
todas as suas etapas e		
modalidades.		
19.6) no prazo de 2 (dois) anos		
da vigência do PME-JN, será		
implantado o Custo-Aluno-		
Qualidade inicial – CAQi,		
referenciado no conjunto de		
padrões mínimos estabelecidos		
na legislação educacional e		
cujo financiamento será		
calculado com base nos		
respectivos insumos		
indispensáveis ao processo de		
maispensaveis at processo de	l l	

ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ. 19.7) implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educação da Gâmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educação da Câmara Municipal. 19.9) responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades desportivas da Secretaria		 _
até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ. 19.7) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	ensino-aprendizagem e será	
até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ. 19.7) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	progressivamente reajustado	
Custo Aluno Qualidade - CAQ. 19.7) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Sásica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	1. 2	
19.7) implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educação da qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
Aluno Qualidade — CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
Aluno Qualidade — CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	19.7) implementar o Custo	
parâmetro para o financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
financiamento da educação de todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação dos ME-JN, a desvinculação das atividades		
todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	· ·	
da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educação da Qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	financiamento da educação de	
da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educação da Qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	todas as Etapas e Modalidades	
cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação das atividades		
regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	, ,	
gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	•	
investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	regular dos indicadores de	
investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	gastos educacionais com	
e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	3	
docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	profissionais da educação	
manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	1	
equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	1	
ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	equipamentos necessários ao	
material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	ensino e em aguisição de	
alimentação e transporte escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
escolar. 19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	- I	
19.8) implementação do CAQ será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	escolar.	
será acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	19.8) implementação do CAQ	
Nacional de Educação, FME-JN, CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
CME-JN e pela Comissão de Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
Saúde, Assistência e Educação da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	CME-JN e pela Comissão de	
da Câmara Municipal. 19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	Saúde, Assistência e Educação	
19.9) cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	, ,	
qualidade na Educação Básica, na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	•	
na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	assegurando padrão de	
na Rede de Pública de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	_ ·	
de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	- I	
institutos oficiais de avaliação educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	· ·	
educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	de qualidades aferidas por	
educacional. 19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	institutos oficiais de avaliação	
19.10) aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
(seis) meses, a partir da aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades		
aprovação do PME-JN, a desvinculação das atividades	, , , ,	
desvinculação das atividades	(seis) meses, a partir da	
desvinculação das atividades	aprovação do PME-JN, a	
	1	
UESPULLIVAS UA SECLELATIA		
Municipal de Educação.	i Municipal de Educacão.	